

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE E DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE PROJETOS DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E PLANO PLURIANUAL ANUAL. Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e treze, no Theatro Dom Pedro Petrópolis (UCP), situada à Rua Benjamin Constant, número duzentos e treze, Centro, Petrópolis, Rio de Janeiro, às dezoito horas e vinte minutos, teve início a **Reunião Ordinária do Conselho Municipal da Cidade e a Audiência Pública sobre projetos de Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual.** A mesa diretora foi composta pelos seguintes membros: Exmo. senhor Prefeito de Petrópolis, Dr. Rubens Bomtempo, o presidente do ComCidade, senhor Carlos Eduardo da Cunha Pereira; o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e vice-presidente do ComCidade, senhor Eduardo Áscoli; o secretário geral do ComCidade Senhor Klemperer e o secretário geral do ComCidade senhor Paulo Martins. Dando início à reunião, o presidente do conselho, Sr. Carlos Eduardo, informou os temas que seriam discutidos na reunião, sendo a primeira dela a participação de Petrópolis no Programa Cidades Sustentável e a segunda, a apresentação do Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual; logo a seguir, passou a palavra para o prefeito Rubens Bomtempo, que cumprimentou a todos os presentes, e lembrou que durante o pleito eleitoral, especificamente dia doze de agosto de dois mil e doze, ele o candidato a vice-presidente da sua chapa, Dr. Luiz Fernando Vaz, assinaram o termo de adesão ao Programa Cidades Sustentáveis, se comprometendo, caso lograssem êxito no pleito eleitoral, em implantar todas as políticas públicas que estão desenvolvidas dentro dos doze eixos propostos pelo programa Cidades Sustentáveis, o que deixa claro que já tem um ano que estão envolvidos com todos os eixos que são propostos pelo programa Cidade Sustentáveis. Esclareceu que durante esse período muita coisa aconteceu e nesses sete meses de governo, estão tentando atender a demanda que existe que são as questões do dia a dia, e ao mesmo tempo ele não pode abandonar as metas a serem cumpridas, dentro de um ideal que o levou a ser candidato a prefeito, pois muitas vezes o que acontece é que o candidato é eleito por um conjunto de idéias e de propostas e depois ao chegar à prefeitura, encontra os obstáculos, fazendo com que, muitas das vezes, ele sucumba e acabe atendendo apenas as demandas do dia a dia, e aquelas questões dos seus sonhos, ele acaba com dificuldade de desenvolver. Explicou que paralelo a essas questões do dia a dia, o governo separou um espaço dentro da Secretaria de Planejamento para cuidar do desenvolvimento das propostas de governo, para depois aderiram ao programa Cidade Sustentável. Dando continuidade, fez uma releitura do programa de governo apresentado ao Tribunal Regional Eleitoral, TRE, dividido em três eixos: Cidade Viva, Cidade Saudável e Cidade Sustentável, e enfatizou o esforço que foi feito pela equipe de planejamento no sentido de fazer uma interface entre os três eixos apresentados pelo governo ao TRE com os doze eixos propostos pelo programa Cidade Sustentáveis, criando a partir daí, uma plataforma de acompanhamento de tudo aquilo que é necessário para atingir determinados objetivos; para isso foram levantados diversos indicadores da cidade de Petrópolis, levando em consideração nossa história, para que seja possível, em cima desses indicadores, medir, amanhã, a eficiência da nossa cidade. Falou da importância de se desafiar como gestor público para que seja possível fazer mais, e que só é possível fazer se fizermos para os outros, pois um governo não pode avançar na construção de novos indicadores a partir de uma visão de governo e não a partir de uma visão de cidade, por isso após esses indicadores

terem sido levantados, o governo estava fazendo uma apresentação daquilo que foi produzido em cima do que foi solicitado em pelo programa Cidades Sustentáveis. Parabenizou toda a sua equipe que ajudou na elaboração do programa, e disse que foram feitas várias reuniões, não só em Petrópolis, mas também em outras cidades como São Paulo e Rio Grande do Sul, para discutir todas as questões relacionadas com os doze eixos programáticos do programa Cidades Sustentáveis. Afirmou que ali ficaria registrado o esforço de fazer uma gestão com planejamento baseado em dados que sejam mensuráveis e que possam ser acompanhados. Informou que a partir de amanhã todas as ferramentas para acompanhar os indicadores estarão disponíveis na página da prefeitura, (gravidez na adolescência, mortalidade infantil, questão ambiental, educação, etc.). Parabenizou a Secretaria de Planejamento, que desenvolveu todas as ferramentas com auxílio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, e de todas as outras secretarias, pois esse tipo de plataforma necessita do envolvimento da intersecretoriedade de todo o governo. Colocou que, embora agora essa ferramenta esteja disponível, ela está em evolução, e que o governo está aberto a sugestões, e ressaltou que essa é apenas uma das muitas ferramentas de planejamento que existem no Brasil, mas que é preciso dar o pontapé inicial e que também, a sociedade civil fazer esse acompanhamento e dialogar com o governo na tentativa de melhorar esses indicadores, e que para isso é preciso esse envolvimento a partir da sociedade civil e não do governo. Com relação à segunda etapa, **Plano Plurianual Anual (PPA)** e **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, o prefeito Rubens Bomtempo explicou que o primeiro semestre foi muito atarefado, citando a questão do **Plano Diretor** que foi enviado à Câmara, a questão da **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** que tinha prazo, e toda a questão relacionada com as chuvas no início do governo, etc., porém afirmou acreditar que o governo conseguirá fazer tanto um **Plano Plurianual Anual (PPA)** quanto uma **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, que seja um reflexo dos desejos da sociedade, e lançou o desafio para que no ano que vem todos possam construir um caminho de participação cada vez mais eficiente onde a percepção de cada cidadão se reflita amanhã dentro das ferramentas do **Plano Plurianual Anual (PPA)**, da **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e da **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, criando um conselho de desenvolvimento regional, um ComCidade regional itinerante onde se coloquem urnas espalhadas em toda a cidade, onde se utilize cada vez mais a internet como ferramenta de participação e aproximação da sociedade, e tudo mais que seja importante para uma gestão participativa que é um dos eixos do programa Cidades Sustentáveis, que é a *participação popular*. Encerrou dizendo que quer colocar os indicadores em praça pública para que todos conheçam sua cidade, os pontos fracos e os pontos fortes, e que os pontos fortes sejam transformados em pontos fracos. Com a palavra Sr. Carlos Eduardo, em nome da mesa diretora, agradeceu ao prefeito Rubens Bomtempo dizendo que o desafio estava feito e que a sociedade petropolitana anseia por essa participação para que ela possa construir junto ao governo municipal uma cidade sustentável e cada vez melhor. Fazendo uso da palavra, o Sr. Eduardo Áscoli cumprimentou a todos os presentes e pediu para que o prefeito Rubens Bomtempo assinasse o **Termo de Cooperação Técnica**, referente a um zoneamento das áreas dos distritos (levantamento sócio-ambiental), proposto pela NovAmosanta, material esse que, no ato da entrega na Bacia da Manga Larga, foi

avaliado e aprovado pelo próprio Sr. Eduardo Áscoli, e posteriormente também obteve aprovação dos técnicos da prefeitura e do prefeito Rubens Bomtempo, que afirmou ser esse o objetivo do governo, que é trabalhar com a Sociedade Civil nesse tipo de proposta, fazendo um levantamento da realidade de todas as comunidades, com elaboração de projetos para os distritos, fazendo com que a cidade cresça de forma ordenada e sustentável. Com a palavra, Roberto Penna Chaves, presidente da NovAmosanta, colocou que o projeto é um instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável e que o objeto desse Termo é fazer um diagnóstico que trabalhará com o planejamento dos distritos. Sobre a parte financeira, informou que o projeto será financiado por um grupo de empresários, ficando a prefeitura encarregada de fornecer as informações, sem dispor de recursos financeiros. Explicando ainda que à medida que esse diagnóstico ficar pronto serão realizadas em cada bacia hidrográfica, reuniões de “planejamento participativo”, que é considerado um dos instrumentos modernos do planejamento de uma cidade, permitindo um levantamento dos aspectos sócio, econômicos e ambientais de todas as bacias que compõem os distritos de Petrópolis, e ao final desse levantamento todas as comunidades serão consultadas para saber quais são suas pretensões e visões para o futuro. Após aplausos da platéia, o **Termo de Cooperação Técnica**, foi assinado pelo prefeito Rubens Bomtempo e por Roberto Penna Chaves. Após isso, às 18h55min, o prefeito Rubens Bomtempo despediu-se, agradecendo ao COMCIDADE e justificando que teria que se ausentar, pois estaria indo para o fórum da Violência da Mulher no Palácio de Cristal. Com a palavra agora, o Sr. Rodrigo Xavier, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, fez a **apresentação do Programa Cidade Sustentável, (fazendo parte integrante da presente Ata como seu Anexo I)**. Após a referida apresentação, o Sr. Eduardo Áscoli agradeceu ao Sr. Rodrigo e chamou o Sr. William Raeder e Sr. Alberto Carlos Ferreira da Silva (Betinho), ambos da Coordenadoria de Planejamento e Administração Orçamentária da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico para entrar na discussão a respeito do *Plano Plurianual Anual (PPA)*, e da *Lei Orçamentária Anual (LOA)*. Lembrou que a construção do *Plano Diretor*, da *Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)*, do *Plano Plurianual Anual (PPA)*, da *Lei de Orçamento para 2014* segue a proposta de campanha do prefeito, de ter a participação popular assim como também as audiências públicas realizadas. Disse esperar que o ComCidade realize dentro dos próximos vinte e cinco dias, as Audiências Públicas inclusive dos distritos (Posse, Pedro do Rio, Itaipava e Cascatinha) e elaborar o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária com as propostas apresentadas pela sociedade. Colocou que o objetivo do ComCidade é deixar, já a partir de amanhã, a possibilidade da população acessar o site da prefeitura assim como outras formas de comunicação (imprensa). Áscoli, em nome do ComCidade, agradeceu a todos que acompanham as reuniões do Conselho e também a Frente Pró-Petrópolis, na figura de Felipe Guedon, que produziu todo o material, fazendo com que a população entenda o linguajar técnico orçamentário, podendo assim participar. Fazendo uso da palavra, o Sr. Carlos Eduardo enfatizou a importância dos petropolitanos perceberem que as audiências estão sendo realizadas no âmbito do Estatuto das Cidades, que é a Lei Federal 10257, artigo 44, que determina que é uma condição essencial a realização de debates, de audiências e de consultas públicas como pré-requisitos para aprovação dessas propostas na Câmara Municipal; lembrou

que em Petrópolis existe uma legislação aprovada, apresentada pelo vereador Renato Freixiela, que trata desse tema e que pode ser localizada no site da Câmara Municipal. Informou ainda que a Frente-pró-Petrópolis reúne-se a cada quinze dias, sendo a próxima reunião dia seis de agosto, na FIRJAM sendo as reuniões abertas às instituições, bastando para isso indicar os representantes das mesmas. Dando prosseguimento aos trabalhos, os senhores William Raeder e Alberto Carlos Ferreira da Silva (Betinho), ambos da Coordenadoria de Planejamento e Administração Orçamentária da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, apresentaram o **Plano Plurianual exercício de 2014 a 2017 e a Lei Orçamentária Anual de 2014, (fazendo parte integrante da presente Ata como seu Anexo II)**. Ao término da apresentação, Sr. Carlos Eduardo abriu a palavra aos presentes para que todos pudessem participar e colaborar com os trabalhos. Eduardo Áscoli ressaltou que todas as informações estariam disponíveis no site da prefeitura, no dia seguinte à reunião, (seis de agosto de dois mil e treze) e também que as fichas que estavam sendo disponibilizadas para serem preenchidas com propostas, seriam enviadas para a prefeitura, para que fossem colocadas pela equipe do Orçamento como sugestão, deliberando-as, futuramente, nas outras audiências; aproveitando a ocasião, também divulgou o email participando@petropolis.rj.gov.br para que fossem enviadas as propostas. **Dando início, então, a participação do público, Sra. Patrícia** da Secretaria de Educação, **perguntou** o que seria, exatamente, **Educação para sustentabilidade e qualidade de vida**, pois praticamente um quarto do **Plano Plurianual Anual (PPA)** estaria destinado a isso; Sr. William Raeder explicou que o programa tem a visão de considerar toda a fôrma de execução da Secretaria de Educação, e que todo nome **Plano Plurianual Anual (PPA)** pode ser um nome fantasia, pois o importante nele é o seu objetivo, no caso o atendimento a quarenta mil alunos, considerando capacitação para professores, melhora da estrutura escolar, aquisição de novos equipamentos para escolas e salas de aula, trata também da parte da merenda, transporte escolar, e tudo que incentiva o aluno a permanecer na escola, pois a forma mais saudável de crescer com a sociedade é ter uma educação forte de base, e para conseguir esse vínculo é preciso fortalecer e dar voz ao profissional de educação para que ele consiga tocar o coração de uma criança dentro de uma escola e conseguir fazer o futuro dela um pouco melhor, por esse fato que passamos a concepção desse programa. Resumindo, informou que esse programa está ligado a toda parte de Educação. Com a palavra, novamente **a Sra. Patrícia**, relacionado ao assunto anterior, **pergunta se o programa também estaria relacionado a Bolsas de Universidades Particulares**, o que foi explicado pelo Sr. William que seria o programa **Educação para o Futuro**, e que o mesmo não é obrigatoriedade do município, mas sim do Governo Estadual e do Federal. Aproveitando a pergunta da Sra. Patrícia, o Sr. Eduardo Áscoli informou que os nomes dos programas não são imutáveis, sendo permitido aos membros do governo sugerir outros nomes e ressaltou que esperavam, no mês de março, coletar todas as informações junto às secretarias, mas atrasou devido à tragédia das chuvas, pois as secretarias tiveram que paralisar os atendimentos à população; colocou que embora pudessem fazer a audiência mais

para frente, com todo o material consolidado, acharam mais prudente começar a discussão agora e poder trazer para todos a possibilidade de fazer um planejamento e também de ter os nomes dos programas alterados. **O segundo participante foi a Sra. Rose do SEPE** (Sindicado Estadual de Profissionais da Educação do RJ), **sobre a questão de vagas e bolsas**, colocou que as bolsas nos colégio e universidades particulares, são concedidas com o dinheiro da Educação pública que está sendo gasto na escola privada, e que o município tem que corrigir urgente, pois o dinheiro da escola pública deve ser gasto no investimento da qualidade da escola pública, como no LICEU, por exemplo, e não sustentar escolas que não se agüentam na rede privada, comentou também que enquanto continuarmos sustentando quinhentas bolsas na Universidade Católica de Petrópolis, e mais algumas na FASE, a Universidade Pública não virá para Petrópolis. Rose disse ainda que, como foi colocado durante a reunião, o reconhecimento da prefeitura de que a qualidade de vida virá pela educação, deve estar baseado em dados reais e percentual, pois 25% é o mínimo, então os vereadores devem pensar em uma emenda e retornar 10 anos atrás, quando era investido 35% em Educação. **Fazendo uso da palavra, Sr. Francisco Afonso Ricardo**, presidente da Associação dos Professores Municipais, disse que os dados mostrados não permitem que seja visualizado um futuro em termos de qualidade, e que embora seja ótimo a reciclagem para os professores, eles também gostariam de ter o percentual de aumento para o professor, pois se conseguirem dar aos alunos a qualidade que eles precisam para crescer, Petrópolis e o Brasil estarão salvos, se não, continuarão engatinhando, portanto ele gostaria que fosse colocado o que seria o percentual de acompanhamento salarial para o professor. Com a palavra **Sr. Roberto Rizzo**, disse que seu intuito é o de colaborar um pouco, pois ele já esteve trabalhando com o Sr. William no município. Colocou que é muito importante para pensar em planejar em médio prazo nesses quatro anos, ter a avaliação do **Plano Plurianual Anual (PPA)**, o que nunca foi feito no município, e que planejar sem essa avaliação é muito difícil. Comentou que o **Plano Plurianual Anual (PPA)** foi introduzido na Constituição de 1988 e Petrópolis nunca teve essa avaliação, então apresentou como proposta que seja feita essa avaliação começando pelo **Plano Plurianual Anual (PPA)** que está se encerrando no final do ano, pois diagnóstico é fundamental para planejar. Sobre o Plano Diretor, Sr. Roberto Rizzo disse que o mesmo tem que ter uma apresentação, pois não foram apresentadas as ações, os projetos e as atividades que estão em cada programa, e é importante conhecê-los, cada um deve ter uma meta e um indicador, para que se tenha uma peça que evolua. Encerrou, parabenizou a equipe pelo trabalho, mas enfatizou a necessidade de melhorar e avançar no trabalho. **Sr.... representante da FIRJAN**, se pronunciou sobre a melhoria da máquina pública que é ineficiente e que precisaria de uma reforma, assunto esse, inclusive, que já foi levantado em várias reuniões como a Frente Pró-Petrópolis, etc., e que é um assunto extremamente delicado mas que é absolutamente necessário que se faça a reforma administrativa quando a máquina está emperrada e ineficiente, mas na reunião do **Conselho Revisão do Plano Diretor (CRPD)** do dia três de abril deste ano, foi dito que esse assunto não poderia ser incluído na **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** por razões técnicas que foram compreendidas e aceitas por ele mas no mesmo dia, através da colocação da secretária Dra. Rosângela Stumpf, ficou assegurado (inclusive registrado em ATA), que seria incluído no **Plano**

Plurianual Anual (PPA) deste ano, e que seria encaminhado até o dia trinta e um de agosto para a Câmara Municipal, portanto ele estava relembando o fato, já que ele não viu na reunião de hoje, nenhuma menção sobre a reforma administrativa que é necessária. Avançando na reunião, **overeador Silmar Fortes** disse que gostaria de entender um pouco sobre a peça orçamentária e sobre quanto o Município recebe de Receita Corrente Transferida, e desse percentual do orçamento, quanto que realmente é de investimento, pois ele teve informação que de 100% do orçamento só 7% seria para investimento. Outra questão colocada são os Indicadores, que segundo ele, toda gestão tem que avaliar seu desempenho e sua eficácia; enfatizou que é preciso tomar cuidado com os indicadores, citando como exemplo o indicador de leito hospitalar citado Sr. Rodrigo, que mostra que Petrópolis tem cinco leitos para mil habitantes, dá impressão que o município está bem de leito, mas é preciso qualificar esse leito, pois temos leitos de longa permanência, leitos em hospitais particulares, leitos de clínica médica e cirúrgica do SUS, portanto é preciso analisar e avaliar bem esses indicadores. Sobre a participação popular, o vereador Silmar sugeriu que esse tema vá para os Conselhos Municipais para que eles possam também avaliar, criticar e dar sua contribuição. Em resposta ao questionamento feito pelo vereador Silmar, sobre o valor que o município recebe da Receita Corrente Transferida, (Governo Federal), Sr. William esclareceu que existe um consolidador para esta receita, e que são, aproximadamente, quatrocentos e setenta/oitenta milhões por ano, sendo que toda receita do FUNDEF está incluída nessa receita, onde são retirados aproximadamente, cento e dez, cento e quinze milhões de reais, considerando ainda que deste valor é retirado aproximadamente cem milhões que vêm de recurso para a Saúde, então chega-se a duzentos e quinze milhões a menos dessa transferência; dentro dessa transferência ainda vem todo recurso federal do Fundo Nacional de Assistência Social, (um milhão a um milhão e meio), algumas outras transferências como Salário Educação, Programa Nacional de Alimentação Escolar, todos estão dentro dessa categoria de transferência, então, somando, de quatrocentos e setenta milhões que deveriam ser arrecadados, duzentos e sessenta, duzentos e setenta milhões já estão comprometidos com obrigações legais o que impossibilita que o dinheiro seja usado de forma equivocada. Dentro ainda das explicações ao vereador Silmar, Sr. William esclareceu que a verba remanescente vai começar a consolidar a receita, por exemplo, a receita do Fundo de Participação dos Municípios, mais a receita do IPVA, a receita do ICMS que sozinho já arrecada cerca de cento e quarenta milhões por ano, então se fica com uma margem das outras receitas como transferência. Explicou ainda que não pode vincular uma receita a uma despesa; a função da receita corrente cobre tanto o gasto corrente quanto capital, o único problema técnico é quando se recebe um convênio que é uma transferência federal, que geralmente é classificada como despesa de capital, então existe uma segunda obrigação, que é não atender apenas ao convênio mas também, de forma técnica, passar a atender o grupo econômico da despesa comparado ao da receita, pois não é possível utilizar nenhuma receita voltada para o capital no caixa de receita corrente; citou como exemplo que não se pode ter um convênio voltado a um investimento para a sociedade em que se tenha que pagar a Folha de Pagamento. Explicou ainda que o percentual de investimento varia de acordo com o detalhamento da classificação econômica da despesa, o que faz com que às vezes se tenha a recuperação física de um patrimônio considerada como a despesa de capital, pois é um tipo de investimento. Sr. Eduardo Áscoli lembrou ao vereador Silmar, em relação a ser necessário qualificar

os indicadores, que isso tem sido feito, como por exemplo, se pegarmos o indicador relacionado à área verde por habitante estaremos no topo, mas colocou que realmente não é todo cidadão da nossa cidade que pode usufruir dessa média, mas que é uma média geral, per capita que faz com que estejamos no top do país. Então o Programa Cidade Sustentável dá oportunidade diante de indicadores, de serem feitas críticas que melhorem a qualidade de vida. Sobre a questão de indicadores, custeio, etc., passa a ser uma coisa técnica que acaba por impossibilitar o entendimento da população, só a prática irá elucidar isso. Sobre a reforma administrativa levantada pelo **SR. da FIRJAN**, esclareceu que não tem um programa, no PPA, para isso, mas que ela está presente, embora não se vá fazer discussão orçamentária da mesma, mas isso será discutido dentro dos Conselhos, mais para frente, pois não deu tempo ainda de se apropriar de todos os dados. Finalizou enfatizando que nunca se teve uma avaliação minuciosa de cada indicador, de cada meta atingida, e que agora a idéia é que isso seja feito. Com a palavra, o Sr. Carlos Eduardo informou ao vereador Silmar que a sua solicitação já estava aceita, e que o ComCidade irá enviar email para todos os presidentes de Conselhos para que promovam, dentro das suas atividades, durante o mês de agosto, a discussão e estimulem o acesso a todo material que estará disponível no site da prefeitura. Ainda fazendo uso da palavra, o Sr. Carlos Eduardo, como morador do distrito da Posse, manifestou sua satisfação pela presença do vereador Silmar, da diretoria da NovAmosanta e da UDAM, que são grandes representantes dos moradores dos distritos, e mencionou que nas próximas audiências seria muito importante que a prefeitura levasse de forma discriminada algumas informações, como por exemplo, qualificação e mobilidade urbana, pois estão previstas duzentos e vinte intervenções, e seria importante informar como serão distribuídas essas intervenções pelos distritos, pois hoje Petrópolis vive uma mudança violenta do perfil de moradores dos distritos, até poucos anos atrás eram veranistas que nada participavam da rotina da cidade, eram meros visitantes, mas hoje ocorre um crescimento acelerado nas construções nos distritos e a infra estrutura não acompanha esse crescimento habitacional, fazendo com que os moradores fiquem preocupados com esse crescimento, causando muitas dificuldades de mobilidade urbana. Disse ainda que a prefeitura tem que olhar para os moradores dos distritos com olhos de que também são filhos de Petrópolis. Com a palavra, o Sr. Eduardo Áscoli, registrou que também é morador dos distritos, e que concorda com o que foi dito pelo Sr. Carlos Eduardo e solicitou que ele fizesse contato com a UDAM, Associação de Moradores dos Distritos, de forma que possa estar levando essa discussão o mais rápido possível e cada vez mais rica. Fazendo uso novamente da palavra, a **Sra. Patrícia** convidou a todos para participarem da Terceira Semana Fluminense do Patrimônio, que acontecerá do dia dezessete a vinte e cinco de agosto em Petrópolis, no Palácio Itaboraí e também no Museu Imperial. **Sra. Fernanda, presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente**, pediu a palavra para tentar esclarecer algumas dúvidas, tais como, onde se enquadraria os interesses do Conselho, quais os objetivos específicos de cada programa, etc.. O Sr. Eduardo Áscoli esclareceu se tivesse aguardado mais quinze ou vinte dias tudo estaria detalhado e informou, novamente, que no dia seguinte da reunião, estará no site de forma mais detalhada. Informou também que está sendo estudada a possibilidade de fazer como foi feito no Plano Diretor, distribuindo para a população. Novamente com a **palavra Sra. Rose** do SEPE, fez um adendo em relação a proposta do vereador

Silmar, colocando que deveria ter um detalhamento por área específica e também a necessidade de uma cartilha em relação ao orçamento. Sr. Carlos Eduardo em resposta a Sra. Rose, disse que fica muito feliz em estimular que o conselheiro tenha acesso ao material que está no site da prefeitura, para que não se limite a participação dos conselheiros, pois um conselheiro da Saúde pode ajudar em outras áreas que não seja da saúde. Sr Rose disse que não é limitar, mas detalhar para que determinada área específica possa esmiuçar o assunto. Sr Carlos Eduardo afirmou que estará tudo no site da prefeitura de forma detalhada, e que capacitação dos conselheiros é ponto de pauta e que embora não se tenha uma pauta ligada a cartilha para os alunos, estão abertos para o aprofundamento desse tema. Finalizando, Sr. Eduardo Áscoli falou que não houve tempo para fazer a cartilha e que passará a ser uma meta do Conselho. Contamos com a participação dos Conselhos, Sindicatos, etc., para fomentarmos cada vez mais, a discussão. Colocou que a cartilha é importante sim, mas que existem várias ferramentas mais apropriadas para divulgar não só o orçamento, mas também outras informações. Encerrando a reunião o senhor Carlos Eduardo agradeceu a todos os presentes, e disse que foi dado o primeiro passo de uma longa caminhada de um trabalho em conjunto, pois Petrópolis precisa da contribuição de todos. A presente Ata segue assinada por mim, Sandra Volpato Nardi, que a redigi,